

## **Parecer do IFSP - Câmpus Itaquaquecetuba diante da minuta apresentada pela PRE e dos 9 cenários sugeridos**

Após algumas reuniões realizadas com as servidoras e os servidores do câmpus Itaquaquecetuba do IFSP, foi redigido o presente documento como resposta à consulta feita com relação à minuta da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP sobre o retorno às atividades. As e os estudantes foram consultados também e prepararam documento próprio. Todas as reuniões foram realizadas via online, o que inviabilizou a participação de toda a comunidade, principalmente por razão da falta de acesso a internet e equipamentos de tecnologia da informação e da comunicação. Os dados já foram encaminhados à PRE através do LimeSurvey. Cabe lembrar que apenas 57% do corpo discente teve acesso ao formulário encaminhado.

### 1) Cenários de retorno

Foi constatado pelos servidores do câmpus que não há na minuta umnexo causal entre os dados de acesso à internet levantados junto à comunidade e as datas sugeridas para o retorno nos 9 cenários apresentados (a saber, 15/06, 01/07 e 13/07). Em outras palavras, perguntamos “por que essas datas? Baseadas em qual dado?”. Levando isso em consideração, entendemos os cenários como um estudo das possibilidades e dos fatores que deverão levar em consideração quando o retorno às atividades presenciais for efetivamente possível. A partir disso, nossas colocações são:

- a) Data de retorno: **imprevisível neste momento**. Devemos retornar somente quando for possível, o que entendemos ser quando houver segurança sanitária para trânsito de estudantes e servidores (ida e volta) e permanência no espaço escolar. Além disso, que a determinação da segurança sanitária seja feita por autoridades, contanto que baseando-se em dados científicos reconhecidos pela comunidade internacional. Um parâmetro aceitável para uma instituição de ciência como somos seria um parecer positivo da OMS. É importante lembrar que na França, houve retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino (em rodízio, o que não foi aventado pelo IFSP, e com uso de EPI) e após alguns dias constatou-se que houve contaminação, levando a uma nova

suspensão de atividades presenciais ( <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/uma-semana-apos-reabrir-escolas-franca-fecha-70-por-causa-de-coronavirus.shtml> ).

- b) Protocolo de retorno: precisamos, enquanto instituição, elaborar um manual de procedimentos a serem adotados em todas as unidades e por todos os segmentos. Precisaremos de EPI? Produtos de higienização? Teremos orçamento para a aquisição desses insumos? Com que frequência haverá a troca das máscaras? Como será feito o descarte? Haverá treinamento aos servidores, terceirizados e comunidade? Mais que isso, a instituição precisa garantir materialmente que a comunidade seja provida dos equipamentos.
- c) Ritmo do retorno: toda a comunidade acadêmica (como o resto da população) está passando por um período traumático. O retorno pode e deve ser gradual, com atividades de acolhimento para estudantes e servidores, a fim de superar, na medida do possível, um “estresse pós-traumático”. Um retorno com imediata sobrecarga horária somente agravaria esta situação, deteriorando as condições de ensino e aprendizagem da comunidade.

## 2) Calendários

A comunidade entende que, por mais importante que sejam os calendários, não são a prioridade no debate. A prioridade é a educação e a garantia das suas condições de possibilidade. *O calendário é um instrumento do trabalho educacional, não seu fim*. Evidentemente eles deverão ser elaborados, mas tudo a seu tempo.

- a) Adequação do calendário de 2020 no longo prazo, juntamente com o de 2021: Os calendários devem estar a serviço de um projeto de educação de qualidade, e não o contrário, como se a educação devesse se ajustar para dar conta do ano letivo “normalmente”. Vivemos um ano anormal, o que é evidente. Já há perdas - perda de vidas, de empregos, etc. -, e diante delas argumenta-se que não podemos também “perder o ano”. No entanto, uma tentativa de “salvar o ano letivo” dentro de 2020 parece jogar fora a educação para salvar o calendário. Não podemos perder a educação de qualidade. Ao contrário, podemos pensar no longo prazo e unificar o calendário de 2020 com o de 2021 a fim de concluir os trabalhos iniciados com maior qualidade. Talvez até o calendário de 2022 deva ser incluído nesse replanejamento de longo prazo.

- b) Adequação dos currículos: Na adequação do currículo, os componentes deverão priorizar os objetivos principais de aprendizagem dos estudantes e desenvolver um sistema de avaliação que levem em conta essas mudanças. Eventualmente, poderá ocorrer uma mescla de componentes correlatos, numa situação emergencial como a que está posta. A título de exemplo, na Licenciatura em Matemática, Geometria Plana e Geometria Espacial são correlatas e poderiam ser mescladas numa disciplina que, em vez de dois semestres atuais para as duas, poderia ser aplicada num período menor do que esse, uma vez que seriam focados nos objetivos principais.
- c) Cancelamento do ingresso de estudantes no segundo semestre de 2020: já é difícil garantir a qualidade da educação dos estudantes atualmente matriculados. O ingresso de novos estudantes trará ainda mais dificuldades, em especial com a interpolação de calendários, prejudicando a todos - novos e veteranos.
- i) Diante desse cancelamento, é preciso garantir, junto ao MEC (ou outro órgão competente) a manutenção do orçamento adquirido através da Matriz Conif (sabemos que ela é relativa às matrículas), independente de menor ingresso e maior evasão, considerando a excepcionalidade do atual período.
- d) Adiamento do ENEM e, conseqüentemente, do SiSU: são decisões que não competem ao IFSP. No entanto, as datas do ENEM e do SiSU (matrículas, início do ano letivo nas instituições de ensino superior em 2021) impactam diretamente na organização do nosso trabalho, criando, por um lado, estresse sobre os estudantes do ensino médio (sem falar da parcela da população que almeja entrar nos nossos cursos superiores), e, por outro, pressão sobre os servidores, que, sem uma mudança nessas datas, serão forçados a “dar conta” dos conteúdos. Nesse sentido, é importante que o IFSP tenha marcado posição pelo adiamento do ENEM.
- i) Em 19 de maio, o senado aprovou o adiamento; no dia 20 de maio, o MEC informou que a data deve ser adiada entre 30 e 60 dias. Precisamos nos manter no debate. 60 dias é menos do que o atual período de suspensão de aulas, e ao menos por esse motivo já é um prazo insuficiente. Além disso, devemos exigir do governo que a aplicação das provas seja realizada somente em condições de saúde para todos os inscritos.

- e) Retorno coletivo do IFSP: entendemos que o IFSP é uma rede e que deve, portanto, tomar uma decisão tão importante como a que temos que tomar enquanto tal, enquanto rede. A demanda de autonomia de cada unidade na decisão sobre o retorno tende a gerar desigualdades dentro da rede (ou melhor, *mais* desigualdades, tendo em vista as desiguais condições de trabalho que conhecemos entre os campi). Além disso, esfacela a identidade institucional que vem sendo construída nos últimos anos com a participação da comunidade. Imaginemos a pressão que os servidores num campus sofrerão se não puderem retornar às atividades enquanto outros “podem”. É evidente que não esperamos um calendário único, unificado, pois cada unidade tem seus PPCs, cada município tem seus calendários, etc. Mas é preciso haver uma baliza institucional única que marque a postura (política) do IFSP diante da pandemia. Uma definição coletiva, portanto.

### 3) Ensino a Distância (EaD) e Metodologias de Ensino-Aprendizagem On-line (MEAO)

Como sabemos, EaD é uma *modalidade* de oferta de cursos, e não uma metodologia. Ela pressupõe a resposta de algumas questões para a criação de cursos. Quanto aos estudantes: têm acesso às tecnologias? Sabem usar mídias disponibilizadas? Precisam de tecnologias assistivas? Como vão acessar biblioteca, laboratórios?; quanto às mídias e materiais didáticos: quais os objetivos pedagógicos? Qual o percentual de flexibilidade? São familiares aos estudantes?; quanto à concepção da relação ensino-aprendizagem: é um curso auto-instrucional? O foco estará nos materiais didáticos? Haverá interação entre alunos e professores? Os professores têm formação para a docência a distância e para o uso de tecnologias?; quanto ao financiamento: há infraestrutura para criar, produzir e distribuir os materiais didático-pedagógicos? Os serviços de apoio aos estudantes estão estruturados?

O câmpus Itaquaquecetuba não tem condições de responder satisfatoriamente à maioria das questões, conforme se depreende dos dados já informados à PRE. A minuta da PRE não autoriza o início de EaD neste momento - o que tem sido motivo de controvérsia por parte de unidades “em plenas condições”. Foi aventado, no entanto, que a partir do retorno presencial, a fim de cumprir os calendários, fossem repostas aulas (dias letivos, carga horária) não em

EaD, mas em MEAO (metodologias de ensino-aprendizagem online), ETD (efetivo trabalho discente), nomenclaturas para trabalho remoto ou não-presencial.

- a) Condições de acesso dos estudantes: as condições dos estudantes de acesso a atividades remotas não vão se alterar após o retorno das atividades presenciais. Em outras palavras: as mesmas dificuldades que já encontramos neste período vão persistir. A reabertura da unidade para atividades presenciais não traz qualquer garantia da realização de metodologias remotas. Se a saída for apostar em atividades presenciais, a garantia é de sobrecarga para estudantes que já estudam em período integral (curso técnico integrado) ou para estudantes que trabalham durante o dia e frequentam os cursos noturnos (técnico concomitante/subsequente e licenciatura)
- b) Infraestrutura e Moodle: cumpre lembrar que o câmpus não possui um servidor de rede adequado para o sistema Moodle (nem sala refrigerada para mantê-lo em operação ininterrupta), e que o uso do servidor de outra unidade já vinha sido requerido pela CTI há alguns anos. Depois de anos solicitando apoio, foi justamente durante o debate sobre MEAO durante a pandemia que recebemos instruções para o uso do sistema.
- c) Laboratórios: A unidade não conta com internet disponível aos estudantes. Não tem suficientes laboratórios de informática para que os estudantes realizem lá suas atividades. Se precisarmos ter sábados letivos, ainda que em regime de ETD e MEAO, precisaremos de servidores (técnicos de laboratório, bibliotecários, CSP, CAE) também aos sábados e já não temos em quantidade suficiente durante a semana. Sem contar a sobrecarga de trabalho docente.
- d) Resultados na rede estadual de ensino: a título de comparação, a rede estadual de ensino de São Paulo acelerou a retomada de atividades via remota. Um telejornal do Alto Tietê, região onde se encontra o município de Itaquaquecetuba, entrevistou um funcionário da Seduc sobre o pífio rendimento da metodologia proposta. As respostas são insatisfatórias. A entrevista pode ser conferida aqui: <https://globoplay.globo.com/v/8566833/>

4) O que fazer?

Há uma pressão pelo retorno de atividades “regulares”, ou algo próximo a isso, neste período extremamente irregular. A irregularidade do período tem aberto portas para a oferta de atividades irregulares que no fundo priorizam o “fazer alguma coisa” em detrimento de “fazer o melhor”. Decidir por não ofertar aulas presenciais durante um período de risco e, simultaneamente, não ofertar aulas online sem planejamento, sem qualidade e sem igualdade não é uma omissão. É uma ação de responsabilidade com a educação e com a comunidade atendidas. Os estudantes do câmpus Itaquaquecetuba informaram à direção que estão preparando um documento sugerindo retorno a atividades em 2021. Evidentemente, há dissenso, mas parece que essa é a voz da razão. Todavia, uma decisão responsável como essa traz consequências.

- a) Comprovação do trabalho docente neste período de pandemia: a portaria 1.317, de 31 de março de 2020, constituiu o Grupo de Trabalho (GT) sobre atividades docentes durante o período de pandemia. Até agora, não chegou ao conhecimento do câmpus Itaquaquecetuba o resultado dos trabalhos deste GT. No dia 01 de abril, a DAE, junto com as coordenações dos cursos em Itaquaquecetuba, elaborou um formulário de registro de atividades durante o período, atividades que não estavam anteriormente previstas nos PITs dos docentes, a fim de garantir aos servidores a comprovação deste trabalho. Isso significa que é possível dar publicidade às ações realizadas no câmpus e também resguardar os servidores públicos de qualquer acusação de “não-trabalho” que porventura seja feita. Justamente por não haver “não-trabalho”, não há, a menos àqueles que desenvolvem atividades e as registram, trabalho em dívida que precise ser quitado posteriormente. O reconhecimento desse trabalho deve ser institucionalizado.
- b) Manutenção dos vínculos com os estudantes: a impossibilidade de retornar presencialmente no futuro próximo e de oferecer ensino remoto não implica em rompimento com a comunidade. Em conformidade com o que já foi solicitado pela PRE, há atividades de vínculo com a comunidade sendo realizadas desde o início da pandemia. Entre eles: IFizCafe, Clube de leitura de contos, Diário de Bordo, Reforço de Matemática, Reforço de Física, Encontro virtual com alunos sobre filmes e textos diversos para análise e interpretação textual, Manutenção dos projetos de pesquisa e de ensino. Em especial, criamos uma equipe de 27 servidores para operacionalizar um projeto de **tutoria de estudantes**, visando entrar em contato com todos matriculados e trazê-los um pouco mais perto de nós, saber os motivos pelos quais as enquetes não foram respondidas, por quais

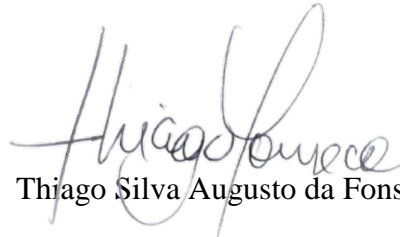
dificuldades podem estar passando, e como a instituição pode participar mais das suas vidas, se for uma demanda.

#### 4) Papel do IFSP

A situação pela qual passamos não é somente uma situação de saúde pública: é também uma crise econômica e política, além de educacional, se pensarmos nos desdobramentos que estamos vivendo diretamente. Como instituição de ensino pertencente a uma rede federal, o IFSP, junto com os demais institutos federais e com as universidades federais, pode e deve exercer um papel de protagonismo no debate sobre os rumos da educação a partir da pandemia. Trata-se de pautar, em escala nacional, uma mudança geral de valores, conceitos e cronogramas educacionais, que priorizem a vida e a saúde de todos os estudantes e educadores do Brasil e as condições de ensino e aprendizagem.

As redes municipais, estaduais e privadas, por sua abrangência regional ou local, talvez não consigam protagonizar tal debate. Mas nós podemos. Os dados sobre a EaD realizada pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo mostram como são ineficientes as medidas adotadas de ensino remoto ( [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/menos-de-metade-dos-alunos-da-rede-estadual-de-sp-acessa-ensino-online-na-quarentena.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=com-pwa%3Floggedpaywall&origin=folha](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/menos-de-metade-dos-alunos-da-rede-estadual-de-sp-acessa-ensino-online-na-quarentena.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=com-pwa%3Floggedpaywall&origin=folha) ). Isso, porém, está sendo computado como cumprimento de calendário e, pior, como educação. As condições de nossos estudantes não são diferentes, e portanto não devemos esperar resultados distintos. Vamos escolher o caminho apressado, com essa perspectiva de resultados? Ainda que conseguíssemos o melhor dos mundos - acesso de todos a todo momento, condições materiais e emocionais para ensinar e aprender -, somos uma minoria absoluta. A reportagem acima nos lembra que contamos com dezenas de milhares estudantes da rede federal no estado de São Paulo, enquanto há 10 MILHÕES de estudantes nas demais redes. Pensar somente nos nossos é omitir-se diante dos demais estudantes do Brasil. Seria como se, uma vez que pudéssemos “dar conta” do nosso trabalho, o problema dos outros não nos interessasse. Ao contrário, é preciso ser solidário com a educação brasileira e pautar uma reorganização geral a fim de não criarmos mais desigualdades para além daquelas que infelizmente já temos (e não são poucas).

Por fim, diante de um cenário ainda crescente de casos de contaminação e óbitos, e sem políticas públicas efetivas para conter esse avanço, resulta numa crueldade crer que é possível desenvolver um processo educacional ao mesmo tempo em que brasileiros e brasileiras adoecem e morrem, muitos deles potencialmente, se não efetivamente, parte da nossa comunidade: estudantes, terceirizados, servidores e familiares.



Thiago Silva Augusto da Fonseca

**Diretor Adjunto Educacional**

IFSP – Câmpus Itaquaquetuba